

*Estudos Literários & Comparados***DESVIOS NA FLECHA DO TEMPO:  
AUTORIA NEGRA E O ESQUECIMENTO MODERNISTA***Fernanda Miranda\**

**RESUMO:** O artigo discute a questão do silenciamento das autorias negras dentro do registro modernista, observando as implicações geradas dentro da constituição da historiografia literária e para a própria concepção de tempo brasileiro em suas instâncias pretéritas e prolépticas. A partir da elaboração teórica de Denise Ferreira da Silva para o “evento racial” e das reflexões de Kodwo Eshun acerca da circularidade do tempo afrofuturista, traçamos algumas linhas sobre Lima Barreto como figura entrópica da literatura brasileira, embora marginalizado do cânone modernista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoria negra; Lima Barreto; Modernismo; Silenciamento.

O modernismo brasileiro é marcado, sobretudo, pelo desejo de constituição de uma arte/literatura nacional e pela consolidação, em novas bases, de suas adjacências, isto é, a definição de ‘sujeito nacional’ e ‘povo brasileiro’. Essa busca subjaz, convém lembrar, uma concepção específica de sujeito, de nacional e de brasilidade, pautada nos desejos e pressupostos de uma elite letrada localizada, cujo protagonismo consolidou múltiplos apagamentos de uma cena intelectual, artística e literária essencialmente plural (MARTINS, 2019).

A *geopolítica do conhecimento* que emerge desse corte, isto é, do protagonismo de São Paulo no campo do imaginário modernista<sup>1</sup>, subscreve uma variedade de autores e obras sob o rótulo de pré-modernistas, um rótulo que gera uma desqualificação intelectual incontornável em suas trajetórias e denota a marca etapista da história cultural brasileira. É o caso dos autores Euclides da Cunha, Cruz e Souza, Alphonsus de Guimarães, Augusto dos Anjos, Graça Aranha, Lima Barreto, entre outros. A perspectiva que assume o modernismo paulista e a semana de 22 no Teatro Municipal de São Paulo como marcos zeros do movimento que aglutinava ideias inovadoras sobre a modernização para as artes, a literatura e o país; está

---

\* Doutora em Letras - área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USO). Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA).

<sup>1</sup> Em “Sociologia, modernismo e interpretação do Brasil”, Maro Lara Martins chama atenção para os modernismos mineiro, carioca, baiano, pernambucano e gaúcho. (MARTINS, 2019, pp. 126-158).

enraizada na crítica literária brasileira, e tem norteado, desde a década de 1920, os contornos do cânone.

Orientados sobretudo pelas noções de tradição e ruptura, em um período histórico perigosamente próximo da abolição da escravidão, essa cena forjou os limites formativos entre centro e margens, denotando para as periferias o apagamento não apenas de formulações modernistas advindas de outros territórios do país, mas a própria diversidade de elaborações literárias e artísticas para o jogo de forças social que consumia uma sociedade recém republicana, com cidadania decodificada e nenhum projeto de partilha do status de sujeito/povo brasileiro. Ao contrário, muito das ideias envolvidas na modernização do país envolvia o afastamento dos signos de “atraso cultural”, geralmente identificados em manifestações da cultura e religiosidade negras.

No interregno entre a proclamação da República (1889) e a Semana de Arte Moderna (1922), intelectuais, escritores e artistas negros igualmente discutiram as consequências políticas da modernização do país, embora suas contribuições tenham sido apagadas do contexto de circulação de ideias modernistas e da galeria dos chamados intérpretes do Brasil. Nomes como Manuel Querino, Nascimento Moraes, Astolfo Marques, Artur Timotéo e Lima Barreto e mais tarde Lino Guedes, entre outros, produziram críticas contundentes aos significados das ideias de nação e liberdade, em obras que continham elementos formalmente inovadores, desvelando sensibilidades modernistas para além do protagonismo assumido pela elite paulistana.

De modo geral, um dos efeitos políticos mais centrais do modernismo foi a organização, guiada pela hegemonia de seus padrões estéticos, da historiografia artística e literária brasileiras. Nesse sentido, o que se configurou como pré-moderno, como já dito, produziu um efeito de desclassificação intelectual de pensadores que estavam disputando significados diante de concepções que incluíam a instituição de futuridades dentro do tempo presente compartilhado. Esse efeito de desclassificação intelectual e literária, gerenciada pelas formas tradicionais de organização do cânone, conseqüentemente impôs às trajetórias de pensadores negros a dinâmica de silenciamento/apagamento que compõe a literatura brasileira.

O fato de ter havido um apagamento da autoria negra do registro modernista causou, como efeito cognitivo imediato, um enorme retardamento da concepção de que a escravidão é uma contraface da modernidade e da inscrição do negro como parte constituinte do moderno, e não mais como o “outro” do ocidente, signo de falta, atraso e tradicionalidade atávica.

Com efeito, a dinâmica de silenciamento funciona como a outra face da literatura brasileira, a partir dela, se fixam as presenças e ausências não somente de autores e obras, mas fundamentalmente de interpretações políticas das nossas relações sociais, de epistemes e cosmo percepções.

Dentro do campo da literatura brasileira, desde a teoria, a historiografia, o ensino de literatura e o cânone literário, essa dinâmica resistente adquire forças sistêmicas ao mesmo passo em que a literatura passa a ser uma instituição: o esquecimento, ou apagamento, das autorias negras e/ou dissidentes da autoria literária hegemônica, isto é, masculina, branca, heterossexual, urbana, sudestina (SOUZA, 2011; MIRANDA, 2019).

A exclusão (via silenciamento) da escrita, do pensamento e das formas estéticas e composicionais dos produtores negros causou, portanto, uma falha na própria compreensão da modernidade brasileira, interpretada exclusivamente pelos seus intérpretes legitimados pelo registro canônico. Refletir sobre essa ausência imposta, nesse sentido, é também uma maneira de repensar as temporalidades que permeiam o passado, posto que, o simples entendimento de que o sujeito negro constitui o signo moderno e que autores negros formularam expressões históricas de modernidade provoca um curto-circuito na linha do tempo modernista. Essa concepção, contudo, só vai adquirir um escopo visível de reflexão muito mais tarde, com os estudos pós-coloniais, os estudos culturais e a sociologia das relações raciais (COSTA, 2006, p. 90).

O esquecimento age como uma força intervencionista diante da historicidade das obras, institui uma outra dinâmica para o Tempo brasileiro – pensado enquanto temporalidades em suas historicidades correlatas; enquanto arquivo e memória e como experimentação estética.

O que se está chamando aqui de silenciamento define-se pelo reconhecimento de que a ausência de autorias negras é uma ordenação concreta 1. dentro da constituição do sistema literário brasileiro (CANDIDO, 1993) em suas noções de fundação, consolidação e permanência; 2. para a historiografia literária, inscrita nos diversos compêndios de literatura publicados, desde a pioneira “História da literatura brasileira” (1888), de Silvio Romero, passando por todo o século XX, e adentrando o XXI; 3. pelo circuito editorial, de eventos literários, traduções; 4. no âmbito dos estudos literários, ensino e pesquisa de literatura. Em todos esses domínios o apagamento da autoria negra tem sido identificado e questionado.

De modo transversal, e conforme argumento aqui, o silenciamento fabrica uma distorção do tempo. Nesse sentido, a produção do cânone gera uma noção de recepção ao qual a

historicidade é avessa ao tempo linear da sucessão de "autores" segundo o padrão da geopolítica do conhecimento "Universal".

Um exemplo dessa distorção temporal causada pelo silenciamento pode ser recolhido na escritora modernista Ruth Guimarães, que publicou na década de 1940, mas que só passou a ser mais conhecida e lida recentemente, o que a torna contemporânea num estranho efeito colateral da ideia de resgate. Outro exemplo é a própria Maria Firmina dos Reis, oitocentista na sua existência concreta, mas recém chegada pra muita gente, surgindo agora como uma “nova escritora” para muitos. O que acontece quando lemos agora uma autora do século XIX, ou uma autora que escreveu na primeira parte do século XX e os sentidos da ficção conversam tanto com o nosso tempo, com os nossos desafios?

A escrita da história literária brasileira, porque substanciada pelo silenciamento sistêmico, não se formula inteiramente como escrita da história no fundo, pois age como negação da sua própria historicidade com o apagamento de autorias e textualidades que produziram e partilharam significações para o tempo, tanto na dimensão da memória (passado), da experiência (presente), quanto da imaginação (futuro).

### O tempo como disrupção

Partindo da compreensão de que a autoria negra em sua subjetividade, historicidade e expressividade não é apenas *objeto*, *substrato* ou *outro* da modernidade (MBEMBE, 2018) e do modernismo, mas sim locus de matéria criativa e formativa, assumimos o tempo como disrupção, posto que a linearidade da historiografia literária brasileira, em sua prática etapista e alinhada à ideia eurocêntrica de progresso, tornou a autoria negra insondável para os pressupostos de sua cronologia.

Nesse sentido, não se trata de, agora, tentar “incluir” autorias esquecidas em exercícios de revisão do cânone. Se trata, antes, de performar criticamente uma *dobra sobre o tempo*, de modo que essas autorias possam ser produtivas para as comuni(cabili)dades críticas do presente momento, como entropias na flecha do tempo.

No livro *The Nature of the Physical World*, de 1928, o astrofísico britânico Arthur Stanley Eddington ajudou a popularizar o conceito de “seta do tempo”, também chamado “flecha do tempo”, nestes termos:

Vamos desenhar uma seta arbitrariamente. Se, seguindo a seta, encontramos cada vez mais elementos aleatórios no estado do mundo, então a seta aponta para o futuro; se o elemento aleatório diminui a seta aponta para o passado. Essa é a única distinção conhecida pela física. Isso se segue imediatamente se nossa afirmação fundamental for admitida de que a introdução da aleatoriedade é a única coisa que não pode ser desfeita. Usarei a expressão 'seta do tempo' para expressar

essa propriedade de mão única do tempo que não tem análogo no espaço. (EDDINGTON, [1928] 2014).

Essa aleatoriedade – o caos onde tudo é possibilidade – é chamada na física de “entropia”. As teorias no campo da física quântica têm apontado diversas interpretações sobre o tempo. O físico teórico Matthew Kleban comenta que, ao contrário do suposto na flecha do tempo, há leis físicas que preveem uma dupla direção, com uma simetria entre passado e futuro (teoria das cordas e do multiverso), embora estejam distantes de serem aceitas amplamente entre os físicos.

Longe de querer entender ou tentar explicar tais questões, este artigo se inspira livremente na ideia de entropia para pensar o desvio do tempo causado por Lima Barreto dentro da linearidade proposta pela historiografia literária nacional balizada pelo cânone. Mas, antes, traremos dois outros aportes para pensar o tempo. O primeiro, recolhido no ensaio “O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo”, de Denise Ferreira da Silva. O segundo, de autoria de Kodwo Eshun, é intitulado “Outras considerações sobre o Afrofuturismo”. Ambos estão publicados na antologia “Histórias afro-atlânticas” (2018).

No ensaio referido, Denise Ferreira da Silva discorre sobre insurreições negras ocorridas entre temporalidades variadas, passando pelos séculos XVIII, XX e XXI, e as interpreta como “episódios espaço-temporalmente interligados [que] se tornam reiterações do evento racial” (SILVA, 2018, p. 410). Para a autora, o fato de o evento racial se verter em repetições contínuas, nunca fixadas no passado, mas constante em reiterações perceptíveis no tempo presente, é uma das revelações “daquilo que acontece sem o tempo”. Trata-se de uma relação dialética com o tempo, refletida na linguagem.

Para explicar sua proposição, Silva parte de três acontecimentos ocorridos em 1769, 1981 e 2011, todos costurados pela violência racial e pela revolta negra emanada em resposta. No primeiro, registra-se a data em que um navio negreiro partiu de Liverpool carregado de 435 cativos, em um momento em que a escravidão africana era legalizada segundo a lei britânica. Os diários de bordo do capitão do navio registraram inúmeras tentativas de insurreição. No segundo, registra-se a revolta de moradores negros em um bairro na cidade de Liverpool diante da prisão arbitrária de um jovem negro pela polícia local. Este mesmo bairro foi incendiado em 2011, em protesto dos moradores quando um homem negro desarmado foi assassinado pela polícia londrina.

A articulação desses acontecimentos é baseada em uma abordagem denominada por Silva “Pensamento ou Imaginação composicional” – contrária aos reducionismos dos filósofos europeus para os quais a diferença racial se localiza longe no tempo e no espaço, restrita

“à época da escravidão”. Para a autora, a racialidade configura o registro global dos acontecimentos, nos levando a refletir sobre as reiteraões do evento racial.

O evento racial é necessariamente sem tempo devido ao modo como a diferença racial reconfigura o colonial ao compreender o nativo e o escravo, como ferramenta científica (biológica) que imprime seus traços mentais (morais e intelectuais) fora da história. Tradicionalmente, a reação crítica do pensamento racial (através de uma abordagem sócio-histórica) a esse efeito do elemento racial tem sido apresentar questões raciais em termos de conexões entre os “tempos de outrora” e o “agora mesmo” (ou entre o “lá longe” e o “aqui mesmo”). Mas isso não funciona: saber que os comerciantes de Liverpool lucraram com o tráfico negreiro, o que permitiu o surgimento do sistema bancário moderno na Inglaterra do século 17, não expõe como o elemento racial vincula esses lucros ou as insurreições negras na Liverpool de hoje; isto é, como a exclusão econômica e a polícia que a perpetua fazem parte da mesma composição que é o Capital Global. Para que isso possa ser pensável, precisamos ser capazes de imaginar o que acontece sem o tempo. (SILVA, 2018, p. 410)

O evento racial, que acontece sem o tempo, nos ajuda a compreender porque, no momento atual em que vivemos, a agenda política negra transnacional ainda segue pautando que “vidas negras importam” – em contextos sociais de extermínio, epistemicídio, encarceramento em massa, vidas precárias e necropolíticas de toda ordem – e lutando contra a permanência dos processos de destituição da vida negra operados nos séculos anteriores, mas que não são matéria pretérita. De acordo com Denise Ferreira, o evento racial não é local, nem se neutraliza no tempo, sua lógica, ao contrário, é parte da própria gênese do Capital Global.

Esse pensamento é compartilhado por Kodwo Eshun. No texto “Outras considerações sobre o Afrofuturismo”, discute-se as “teses revisionistas” engendradas pela ficção, como aquela pensada por Toni Morrison, segundo quem os escravos africanos que sofreram a captura, roubo, rapto e mutilação foram os primeiros sujeitos modernos; o que nos ajuda a compreender a escravidão no centro da modernidade.

Em vez de civilizar os sujeitos africanos, o deslocamento forçado e a reificação que constituíram o comércio transatlântico de escravos tornaram a modernidade para sempre suspeita. As atuais disputas sobre reparação indicam que esses traumas continuam a moldar a era contemporânea. Não se trata de esquecer o que levou tanto tempo para ser lembrado. Em vez disso, a vigilância necessária para julgar a modernidade imperial deve ser estendida ao campo do futuro. (ESHUN, 2018, p. 165).

Eshun reflete sobre as intersecções do tempo como fios intersticiais do poder, dado que antes, a disputa era pelo que podia saber do passado, e, agora, a disputa almeja o tempo fractal do futuro.

Na era colonial do início até a metade do século 20, pensadores de vanguarda, de Walter Benjamin a Frantz Fanon, revoltaram-se, em nome do futuro, contra uma estrutura de poder que dependia do controle e da representação do arquivo histórico. Hoje, a situação é inversa. Os poderosos empregam futuristas e extraem

poder dos futuros que eles endossam, condenando, dessa maneira, os destituídos a viverem no passado. (ESHUN, 2018, p. 166).

Tal reflexão me parece muito pertinente para o caso das presenças e imaginários negros no Brasil. Aqui, é preciso muita luta dos Movimentos negros, intelectuais negros, e demais articulações da afrodiáspora nos campos variados da experiência e da representação para que a presença negra seja minimamente articulada aos arquivos da História. Uma das materialidades dessa luta, vívida e em processo, culminou com a judicialização de tal presença dentro da esfera dos direitos, com a promulgação da lei (10.639-06) que institui conteúdos da história e literatura afrodescendente aos currículos escolares e demais esferas do conhecimento.

Contudo, a reivindicação desse direito ao passado (muitas vezes resguardado apenas na memória e na oralidade), ao arquivo e aos signos da experiência dos antepassados negros no território brasileiro não necessariamente assegura que tais apagamentos não irão se alongar às camadas do futuro, do devir. Voltando mais uma vez ao texto de Kodwo Eshun, observamos essas flutuações da presença no tempo como marcos cronopolíticos:

Ao criar complicações temporais e episódios anacrônicos que perturbam o tempo linear do progresso, esses futurismos ajustam as lógicas temporais que condenam os sujeitos negros à pré-história. Cronopoliticamente falando, essas historicidades revisionistas podem ser entendidas como uma série de poderosos futuros competitivos que se infiltram no presente em ritmos diferentes. (ESHUN, 2018, p. 172).

Mesmo a ficção científica, gênero especialmente implicado com a instalação de futuridades no presente, é revista pelo autor ao admitir que “os sujeitos afrodiáspóricos já vivem o estranhamento que os escritores de ficção científica imaginam. A existência negra e a ficção científica são uma única e mesma coisa. (p. 172).

Voltando ao cenário nacional, o que poderia resultar do acúmulo textual de representações negativas sobre o negro, ou de negações à sua existência autoral, dentro da tradição literária brasileira? Essa *repetição* representacional pode ser pensada como reiterações do evento racial, conforme a formulação de Silva, no campo da linguagem.

Entretanto, essa distorção temporal, um padrão complexo que desordena a linearidade do próprio projeto moderno guiado pela ideia de progresso, por outro lado, pode inspirar também uma crítica literária exúnica<sup>2</sup> por natureza, no sentido de um ir e vir mais solto e produtivo dentro do tempo como encruzilhada, ou como entropia.

---

<sup>2</sup> Referência ao Orixá Exu, senhor das encruzilhadas.

### **Modernismos negros e o entrópico Lima Barreto**

Quando falamos nos modernismos negros, e pensando no caso do Brasil especificamente, estamos falando das formas de representação e autorrepresentação que pensadores, escritores e artistas negros produziram sobre a gente negra, sobre a nação e sobre o tempo, nas suas esferas de passado e futuro.

Esse regime negro de representação moderna antecipa muito do que temos hoje discutido em termos de país, embora seus produtores jamais tenham sido assumidos como intérpretes do Brasil, pelo contrário, como já dissemos, os mesmos foram submetidos ao silenciamento sistêmico que molda a literatura brasileira até hoje. Aquilo que o modernismo formalizou em termos do recalque da diversidade de povos e culturas que coabitam o território, em busca de uma ideia de brasilidade a contrapelo da realidade nacional de pluralidade étnico-racial, tem sido debatido, 200 anos depois, por comunicabilidades interpretativas negras e indígenas.

Para além da busca por incorporar as autorias excluídas do cânone modernista num exercício diacrônico de pertencimento tardio, a consideração do esquecimento como uma força intervencionista diante da historicidade das obras provoca uma reflexão sobre o tempo espiralar que parece tornar insignificante a classificação cronológica com que a historiografia literária tem enfileirado autores e escolas, e conseqüentemente, organizado a tradição e a noção de vanguarda.

Trata-se de uma dinâmica do tempo que precisa ser investigada, para que possamos entender a seguinte questão: ao revisitarmos Lima Barreto na busca por resgata-lo do cárcere do “pré” (o pré-modernismo em que a crítica literária o aprisionou), não poderíamos vislumbrar nele um “pós”, mais libertário? Afinal, será que não estaria Lima Barreto mais próximo de uma concepção vanguardista de pós-modernismo do que do próprio modernismo, que pode parecer tão conservador aos nossos olhos de hoje?

Evidentemente, o objetivo de questionamentos como esse não é rotular o escritor novamente e nem tampouco substituir levemente os prefixos para uma forçada recategorização. Trata-se apenas de buscar alternativas mais correspondentes com o gesto criativo de um autor que conversa com nosso tempo, ao mesmo passo que resistiu à surdez de seu próprio presente.

O pós-modernismo não constitui um consenso teórico, mas podemos pensar rapidamente em características como a ruptura com as chamadas “grandes narrativas”, a fragmentação do sujeito, o amalgama entre real e imaginário, a espontaneidade, a expressão em

desalinho com convenções rígidas. Esses elementos, em maior ou menor expressão, podem ser encontrados na escrita de Lima Barreto.

Podemos identificar isso, por exemplo, na linguagem e em sua reflexão sobre a língua; na emergência de temáticas que vislumbravam o cotidiano; no próprio cotidiano periférico e marginal como material ficcional; na elaboração narrativa a partir da margem, plural e controversa; nas marcas fraturadas de sua subjetividade vilipendiada pelo social; na transfiguração da experiência em sentidos que apontam para outro regime de representação – no qual existem e vivem pessoas negras e subleva-se a enunciação do conflito como marca pungente da sociedade brasileira, e, por isso mesmo, também se pode flagrar a branquitude nos gestos de suas personagens.

Mas a “grande narrativa” que Lima Barreto fraturou, foi justamente a narrativa nativa que fabricava um espelho branco para o Brasil enquanto refletia ideias de brasilidade. Essa fratura está presente na maneira combativa e indignada com que desafiou os pressupostos científicos e intelectuais de sua época. Lembrando que Lima nasceu em 1881, ainda durante o regime formal da escravidão no Brasil, e fez a partida em 1922, no ano em que se celebrava o centenário da independência e que abrigou a semana de arte moderna.

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. (BARRETO, 1956, p. 110)

As conhecidas teorias do racismo científico ainda estavam presentes no horizonte intelectual, político e social em que Lima Barreto viveu e produziu. O autor acusava “a covardia intelectual de que [nós brasileiros] estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa”, mas, sua oposição não é fruto de uma condição patriota ou de busca de brasilidade, que tanto animou os modernistas da semana de 22. Ao contrário desses, em Lima, a raça é um núcleo central. Por isso, sua crítica e sua formulação literária para o Brasil e os brasileiros vai além dos recalques modernistas de 22.

A fratura, combativa e angustiada, desse espelho branco, produziu cenas, enredos, personagens e conflitos que solicitam uma problematização mais refinada da autoria negra que aquela que nivela autoria com sujeito biográfico, confundindo muitas vezes Afonso Henriques com seus narradores, tomando-o como *alter ego* incontornável e gerando, como resultado crítico, uma dissociação entre autor e seu ato de criação.

Nesse ponto surge outra chave para repensar o cárcere do pré-moderno e esse imaginado vanguardismo sugerido pelo prefixo pós, que é justamente a forma como uma parte da

crítica tem tratado a questão da autoria, ou melhor, a forma como Lima Barreto tem escapado dos enquadramentos de uma parte da crítica.

Este escape se revela na ineficiência do esmiuçar de dados biográficos do autor, pois esse procedimento extirpa justamente a urdidura imaginativa, a coreografia com a linguagem, em suma, a criação, a possibilidade da ficção, no caso de Lima. O fato de Afonso Henriques ter sido negro, ter morado no subúrbio do Rio de Janeiro, ter sido internado em hospícios, enfrentado problemas financeiros, etc., não deveria encerrar uma narrativa única e explicativa, pautando uma relação causal em termos dos seus resultados como prosador, pois existe um universo ficcional criado por ele, que só pode ser conhecido através da escrita e ativado na leitura.

Esse escape, essa linha de fuga da captura, esse desvio, pode ser celebrado *hoje* como presença viva de Lima Barreto dentro dos embates que estão sendo traçados neste momento, na segunda década de século 21, acerca, por exemplo, de olhares críticos que circunscrevem experiência e imaginação como territórios anômalos. Lima *segue desviando* do pacto de referencialidade que leva à indiferenciação entre vida e obra, quando o autor é negro. Um desvio que chega em lugares disruptivos da ideia de resgate, posto que tanto fala ao nosso tempo agora.

Pensar os modernismos negros parece exigir de nós uma dobra sobre o tempo, uma curva, além do projeto moderno que tantos racismos gerou ou consolidou. Em Lima Barreto percebemos essa fratura, essa angústia, essa expressão da experiência brasileira como uma dramática sem coro, esse tensionamento da ideia, do lugar e do papel do intelectual, do escritor, a liberdade de expressão como liberdade de imaginação, ainda fortemente negada aos negros. Tudo isso Lima Barreto movimentava com a fibra atual do presente.

Nesse movimento, a própria historiografia literária é revista. O estudo das autorias negras pela chave que contrasta as literaturas brasileiras (no plural) *versus* a literatura nacional (como narrativa única) institui também questões estruturantes para o exercício historiográfico, pois essa fenda no tempo, causada pelo silenciamento e pela minorização das textualidades negras pela interseção entre cânone e poder, é um dado que gera tributos para a recepção, para os intérpretes, para a noção de tradição, de influência e seu sistema.

#### DEVIATIONS IN THE ARROW OF TIME: BLACK AUTHORSHIP AND MODERNIST SILENCING

**ABSTRACT:** The paper discusses the issue of silencing black authors within the modernist register, observing the implications generated within the constitution of literary historiography and for the very conception of Brazilian time in its past and proleptic instances. Based on Denise Ferreira da Silva's theoretical elaboration on the "racial event" and on Kodwo Eshun's reflections on the circularity of Afrofuturist time, we draw some lines on Lima Barreto as an entropic figure in Brazilian literature, although marginalized from the modernist canon.

**KEYWORDS:** Black authorship; Lima Barreto; Modernism; Silencing.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *O cemitério dos vivos: memórias*. Prefácio de Eugênio Gomes. São Paulo: Brasiliense, 1956.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 7. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

EDDINGTON, Arthur S. *The Nature of the Physical World*. Gifford Lectures of 1927: An Annotated Edition, by H. G. Callaway. Cambridge Scholars Publishing, 2014.

ESHUN, Kodwo. *Outras considerações sobre o afrofuturismo*. Histórias afro-atlânticas, v. 2, Antologia. São Paulo: MASP. p. 165-175, 2018.

MARTINS, Maro Lara. *Sociologia, modernismo e interpretação do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

SILVA, Denise Ferreira da. *O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo*. Histórias afro-atlânticas. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP (2018): 407-411.

SOUZA, Florentina da Silva. *Gênero e “raça” na literatura brasileira*. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, (32), 103–112. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9570>. Acesso em: 10.09.2022

*Recebido em: 29/09/2022.*

*Aprovado em: 17/03/2023.*